

Economia - Brasil

Saindo do brejo

O novo pacote fiscal vai ficar para depois da eleição. A medida é impopular? O pacote não é uma coisa boa? Por que o constrangimento político do governo, apostolo da administração transparente?

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, me pega pelo braço:

"Primeiramente, não se trata de um pacote fiscal ou pacote de coisa alguma. A expressão "pacote" é de sentido pejorativo na prática administrativa do Brasil: é a versão popular do decreto-lei, governo autoritário impondo decisões de cima para baixo, sem consulta, sem senso, sem pudor cívico. A decisão sobre a matéria tributária está empenhando, democraticamente, o Congresso Nacional. E essa nova rotina já implantada, começa pela negociação com as lideranças partidárias, antes da manifestação do plenário. Esse exercício democrático é arrastado por natureza. Até por falta de treino. Que não se confunda, pois, administração negociada e aberta com imobilismo, hesitação ou camuflagem. O mesmo esquema prevaleceu na condução da reforma agrária e vai contemplar o encaminhamento do PND. O plano de vôo do Brasil de 1980 vai ser discutido pelos brasileiros em 1986. Antes ou depois da eleição? Não tem nada a ver. Outra abertura importante o orçamento da União, já sob o crivo do Congresso, recepciona as grandes contas do orçamento monetário, por sobre as colunas do orçamento fiscal. Ora, estamos inaugurando, com isso, o que você mesmo, Joelmir, andou chamando de déficit explícito. Essa transferência dos orçamentos vale por uma autêntica prestação de contas, fundamento da democracia fiscal. Sem essa transparência, o senador Roberto Campos não teria nem por onde começar sua análise crítica da peça. E, sem essa full-disclosure orçamentária, a sociedade brasileira não terá como inaugurar o controle social dos atos do governo. E por esse viés político que eu gostaria de discutir a questão fiscal no Brasil".

O ministro examina o lado técnico da questão:

"Temos de descartar os apelos emocionais no trato da matéria e, no momento brasileiro, temos de rechaçar a exploração leviana do assunto - que já começou. Do ponto de vista técnico, estamos modulando uma revisão da estrutura tributária existente, espécie de recauchutagem provisória do sistema. Nesse sentido, temos de sublinhar dois aspectos: 1) o projeto em curso não está propriamente vinculado ao programa de redução do déficit ou sem déficit. 2) o seu efeito prático está menos

na elevação da carga tributária e mais na redistribuição dessa carga. Claro, não era isso o que o FMI andava exigindo do Brasil. No seu monitoramento explícito ou disfarçado, o FMI queria e continua querendo um choque cavalar na área fiscal, de efeito mais que recessivo. O ajuste ditado de fora para dentro passaria por uma elevação sumária da massa de impostos, com eliminação sumária de todos os subsídios, de todos os incentivos, inclusive os de alimentação e de exportação. Pois já cortamos essa intromissão externa e vamos agora cuidar dos nossos próprios impostos, por nossa própria conta, risco e bolso. O Congresso brasileiro substitui os credores estrangeiros na elaboração de nossa reforma provisória, porque a reforma verdadeira terá de aguardar a maior das reformas, a Constituinte".

Dilson Funaro me oferece um café:

"Pela Constituinte, vamos conquistar a democracia fiscal no Brasil, a do tratamento desigual dos desiguais. Quem ganha mais terá de pagar mais, o que não está acontecendo entre pessoas, empresas, setores, regiões, produtos, mercados. A atual estrutura tributária é injusta na vertical do sistema econômico e na horizontal da sociedade brasileira. Alguns aleijões escandalosos terão de ser removidos agora, não vai dar para esperar pela futura carta magna. E quem se prevalece de tais privilégios faz bem em reclamar publicamente: queremos ouvi-los, eles têm o direito a um advogado de defesa, o competente Dr. Lobby, que já está fazendo hora extra na Praça de São Paulo".

A classe empresarial entende que o déficit público deve ser atacado pelo lado da despesa e não pelo lado da receita. O ministro rebate:

"Pelos dois lados, por todos os lados. Até mesmo controle de qualidade do projeto nacional do setor público e no próprio setor privado. E ainda: pelo rebaixamento dos juros da dívida pública (e do mercado privado), que já cairam de algo acima de 21% para algo abaixo de 16%, desde de agosto. E vamos atacar o déficit pela recarga da fiscalização corpo-a-corpo: quando todos pagam, todos acabam, depois, pagando menos. E vamos enfrentar o déficit também pelo lado desestatização e da desregulação, na linha do pronunciamento que o presidente José Sarney fará ao povo brasileiro, segunda-feira, pelo rádio e pela televisão. Temos de estabelecer distinção entre projeto de reforma tributária e programa de ajuste fiscal - este, bem mais amplo que aquele".

E o que vamos conversar na coluna de amanhã.